
***As antinomias discursivas da Ecologia Política
(uma análise baseada na experiência do Partido Verde no
Rio de Janeiro, 1986-1992)***

Célia Dias*

O estilo de articulação discursiva dos ambientalistas políticos ou Verdes tem sido responsável, em grande medida, pelos sucessos e fracassos de suas interpelações políticas. A nosso ver, os sucessos se vinculam à sua capacidade de se ligar a diferentes tradições e propostas políticas, constituindo assim interpelações potencialmente hegemônicas (Laclau & Mouffe, 1987); os fracassos decorrem das ambigüidades e contradições contidas nesse discurso. Sobre esse tema, discorreremos neste artigo, fundamentado especialmente na pesquisa que deu origem à nossa dissertação de mestrado, que trata da formação do Partido Verde no Rio de Janeiro e seu desempenho (Dias, 1993).

O discurso político se constitui de princípios articuladores gerais (Nação, Democracia, etc.), vinculados a valores vigentes no imaginário político de cada sociedade. Tais princípios não têm conteúdo imediato, muito menos vínculo direto com os diferentes interesses e posições de poder social. Esses vínculos se manifestam, em todo caso, nas articulações discursivas que os referem.

A “crítica ecológica”, o discurso da Ecologia Política, pode ser exemplo disso? Sim, porque o mesmo princípio básico (“respeito à Natureza”) pode-se articular em uma infinidade de posições (respeito aos animais, contra a humanidade; respeito à humanidade, considerada parte da natureza, dentre outras), e de cada uma delas podem derivar diferentes representações da política e das possíveis estratégias de ação.

* Doutoranda do CPDA/UFRRJ; professora da Universidade Estácio de Sá, Niterói, RJ.

Se a “ideologia” for percebida como uma articulação de elementos, retirar-se-á dela seu caráter emblemático, de “bandeira”, e ela passará a ser considerada espaço de luta. O discurso ambientalista estará também no campo da disputa, na luta pela constituição dos sujeitos no espaço político. A presença de elementos de procedência ambiental não supõe a vinculação desse discurso com nenhuma forma política determinada. Para André Gorz (1994), este é um dos maiores desafios da Ecologia Política: se não puser em pauta a democracia, ela trará consigo, implicitamente, o cientificismo e o perigo potencial de uma ditadura tecnocrática, em nome da “gestão ambientalmente correta”¹.

“Os elementos ideológicos considerados isoladamente não têm uma conotação de classe necessária e esta conotação é apenas o resultado da articulação daqueles elementos em um discurso ideológico concreto” (Laclau, 1978: 105). Dessa forma, para analisarmos que vínculo um discurso político tem com a estrutura de classes sociais, é necessário notar o que compõe a unidade distintiva de um discurso ideológico, seu princípio unificador, isto é, o “sujeito” interpelado e, assim, constituído como tal.

Se a função da ideologia for constituir indivíduos sujeitos, a crise ideológica então se traduzirá em uma crise de identidade dos agentes sociais. A partir dessa crise, cada setor em luta tentará reconstruir uma nova unidade ideológica, com base na recomposição de um “sistema de narração” (a convocação ecológica em defesa do meio ambiente, por exemplo). Esse “sistema de narração” terá a finalidade de articular um discurso com alguma consistência, com alvos definidos, e a de desarticular os discursos ideológicos das forças antagônicas que estiverem atuando sobre os mesmos alvos, ou a partir dos mesmos materiais. A crítica irá consistir na tentativa de ruptura dos elementos que articulam o discurso das forças antagônicas e lhe dão nexos, visando a “desconstruir” um campo de idéias e a construir/reconstruir outro.

O discurso ambientalista não tem uma referência classista imediata; no entanto, ele é sempre crítico, isto é, questiona aspectos condenáveis da sociedade atual e passada (sua forma de organização social da produção) e propõe mudanças para o futuro (mesmo que sejam apenas para proteger os animais). O ecocapitalismo empresarial tem críticas a fazer ao capitalismo sujo, predatório; por isso, a impugnação ambiental poderá ser utilizada pelos meios competitivos, com o apoio dos consumidores, se forem capazes de converter sua produção em processos menos poluidores e convencer a opinião pública e os governos da necessidade de incluírem-se cláusulas de proteção ambiental, proteção ao consumidor, dentre outras, nos acordos comerciais internacionais. Da mesma forma, na conjuntura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), empresários dos EUA e do Canadá (junto com movimentos sociais e sindicatos) se opuseram à integração com o México, alegando que, nesse país, os processos produtivos não satisfaziam normas básicas de proteção ambiental (Bresser Pereira, 1993).

Fazendo uma incursão na política, o discurso ambientalista poderá se articular com diferentes tradições e propostas, segundo as “clivagens” da cultura política e a configuração dos campos partidários nacionais. Poderá se articular, por exemplo, com tradições liberal-democráticas constituídas em “senso comum” de uma cultura política (Estados Unidos) e evoluir, até radicalizar, no sentido dos direitos individuais do cidadão. Isto é, incorporando as atribuições de cidadania individual, tão cara aos americanos, e fazendo uma ponte com os “direitos do consumidor”, o direito de viver em um meio ambiente protegido, não degradado, etc. (Boockhin, 1991). Também poderá se articular com um socialismo tradicional pós-queda do muro: Cuba poderá incorporar o ambientalismo, já que a concepção de socialismo baseada no desenvolvimento das forças produtivas foi deslegitimada.

A tradição democrática européia pode desenvolver a dimensão ambiental em sujeitos políticos coletivos novos (*Grünen*, na Alemanha) ou tradicionais (o PDS italiano, movimentos sindicais), como incorporação de uma nova dimensão social a uma concepção já social da política e da cidadania (ligada também à crítica às formas políticas tradicionais). Em geral, o surgimento dos partidos Verdes europeus e o seu sucesso se vinculam à capacidade dos partidos tradicionais de esquerda de incorporar as novas reivindicações sociais².

Um caso interessante, ocorrido na França, no século XX, é justamente analisado por Lipietz (1999). Na década de 70, os partidos da esquerda tradicional tiveram habilidade para conter o descontentamento e a rebeldia pós-sessenta e oito dentro de suas fileiras, e a proposta do Partido Verde não teve maior incremento. Na década de 80, no entanto, com a crise do Leste europeu e com o Partido Socialista no governo adotando a política de ajuste conservador, *Les Verts* passaram a ser uma alternativa efetiva, com sucesso eleitoral.

Na crise dos países do Leste, a crítica ambiental uniu-se, sobretudo depois de Chernobyl, à crítica ao modelo econômico e político vigente, especialmente à tomada vertical de decisões e às concepções produtivistas.

No Brasil, o incremento da crítica ambientalista está ligado à crise do modelo de desenvolvimento e do esquema político militar-tecnocrático-empresarial, à abertura e politização de novos espaços públicos, ao surgimento de novos sujeitos políticos e sociais e à dificuldade das organizações existentes de estabelecer relações com esses novos sujeitos e atender às suas reivindicações (Dias, 1993).

Considerando essas idéias e definições, podemos pensar na entrada do Partido Verde brasileiro no cenário político, tendo como elemento central de seu discurso a interpelação ambientalista.

O Partido Verde foi criado em janeiro de 1986, no Rio de Janeiro, e teve seu apogeu em 1989, quando se cogitou a candidatura à vice-presidência da República de um de seus fundadores, o ex-guerrilheiro Fernando Gabeira, na

fórmula eleitoral em aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT), junto com Luiz Inácio Lula da Silva. Essa candidatura recebeu forte apoio de dentro do PT; a proposta fracassou devido à oposição de setores que rejeitavam não a crítica ambientalista do PV, mas o conteúdo de crítica aos costumes implícito no partido e na figura de Gabeira: defesa das minorias sexuais, da legalização do uso de drogas, do aborto, etc. Desde então, o Partido Verde desandou caminhos, não conseguiu transcender a política do Rio de Janeiro, às vezes realizando alianças espúrias, e Gabeira se eternizou na bancada de deputados federais.

Podemos, inicialmente, considerar que o PV foi, no período referido (1985-1989), o enunciador da principal interpelação ambiental da esquerda brasileira (mas não a única, se considerarmos que a ausência de preocupações nesse campo pode ser também um tipo de interpelação, a negativa da pertinência do tema). O partido trouxe para o debate de então a discussão ecológica internacional e tentou associá-la às questões prioritárias do cenário político-social brasileiro: crítica ao modelo de desenvolvimento e à destruição do ambiente natural, fruto desse modelo; crítica à forma de fazer política; dentre outras. Por ter sido formado principalmente por ex-exilados com origem política de esquerda, a tradição marxista-leninista e a esquerda tradicional -representada, principalmente, pelo Partido Comunista Brasileiro/PCB- tornaram-se alvos prioritários da crítica à política, por não incorporarem essas questões ao seu discurso e às suas práticas políticas.

Partiu do PV a primeira interpelação nesse sentido na política brasileira. Nessa época, porém, já existia uma nova esquerda partidária, basicamente o Partido dos Trabalhadores. Mesmo que de forma muito tímida, o PT passou a incorporar elementos da preocupação ecológica ao seu discurso de ação política; exemplo disso foi, de fato, a proposta de ter Gabeira como companheiro de Lula na fórmula eleitoral em aliança, apoiada por figuras de grande importância, como José Genoíno e José Dirceu, em nome da incorporação do tema ambiental pelo Partido dos Trabalhadores.

Essa interpelação, denominada por nós “ambientalista”, acabou sendo muito mais ampla que a defesa da natureza enquanto tal, posto que congregou os ditos valores “pós-materialistas” (Kitschelt, 1990): defesa da vida no sentido geral; defesa das liberdades individuais de expressão de homens e mulheres; crítica contundente ao modo de vida consumista. Exemplo disso é o manifesto inaugural, que ampliou as responsabilidades do partido para além da esfera ecológica e propôs que se travasse “a luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e os resquícios do autoritarismo” (Partido Verde, 1986).

O discurso ambientalista do PV convocava ao questionamento dos mais caros valores da sociedade de consumo, pregando mudanças na visão do mundo, uma nova concepção de homem, mudanças nos hábitos pessoais e nos

comportamentos sociais. A democracia participativa e a redefinição do conceito de desenvolvimento seriam também temas abordados pelos Verdes.

Essa interpelação feita pelo PV tentou construir uma nova articulação político-ideológica, com base no discurso ambientalista. Os alvos, a princípio, eram setores da classe média (campo dos Verdes em todo o mundo, em sua maioria jovens, com alto grau de escolaridade, em condições de subsistência razoavelmente resolvidas, mais abertos, portanto, a outras preocupações, além das econômicas) e os ditos novos movimentos sociais, como os de mulheres, negros, homossexuais, setores contraculturais, agricultores alternativos de comunidades rurais, setores urbanos preocupados com a qualidade de vida nas grandes cidades (e dispostos a lutar contra a poluição urbana, contra a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, pela preservação de áreas verdes locais, etc.). Setores ligados à espiritualidade (como os adeptos do Santo Daime), que questionam o modo de vida consumista, também foram chamados a integrar a luta dos Verdes. Inicialmente, foram esses os sujeitos interpelados pelo Partido Verde; estes poderiam se constituir (=colocar-se na) na política pelo PV.

A construção dessa nova entidade político-ideológica baseada na interpelação ambientalista acabou por desconsiderar a visão “tradicional” da sociedade de classes. A questão ambiental passou a ser tratada não como oriunda de contradições de classe, mas como estando acima das classes, sem, contudo, negar a existência destas e, portanto, de seus conflitos. A presença de conteúdos classistas no discurso ecológico -como a luta de classes- pode aparecer, por exemplo, em forma de atribuição de responsabilidade pelos crimes ecológicos, na própria definição de crise ambiental, na identificação dos sujeitos intimados (‘provocados’) para a luta pela modificação do estado de coisas ou, ainda, nas características sociopolíticas do “paraíso” almejado.

A interpelação do Partido Verde procurou formar sujeitos pelo reconhecimento e pela articulação de identidades “não produtivas” (e não apenas ambientais), que não foram criadas por ele, mas que surgiram, espontaneamente, antes dele³.

Um dos grandes problemas “antinômicos” do discurso político do PV esteve presente justamente nesse corte “classista”. Os discursos eram ambíguos, porque nem todos do partido (nem do movimento) compartilhavam essa abordagem. Alguns negavam a luta de classes e até a participação ambientalista na política, atribuindo à política a destruição da natureza; nesse caso, prevalecia uma confusão de idéias que tornava alvo a teoria marxista, e não sua prática/ação. Para exemplificar, criticava-se o socialismo real, punha-se em questão o modo de produzir desses países, ressaltando-se a pouca preocupação com a destruição dos recursos naturais, a falta de liberdades, a alienação do trabalho, etc. Algumas críticas não negavam, porém, a possibilidade de construção de uma sociedade socialista, na qual justiça social e proteção da natureza possam estar lado a lado,

reconhecendo a luta de classes e propondo uma concepção mais ampla para a discussão e a prática ambiental. Um bom exemplo dessa posição foi a saída de Carlos Minc do PV para integrar o PT; para ele, esta seria a forma de abrir o leque da luta ecológica, incorporando as questões sociais até então deixadas de lado.

O Partido Verde constituiu, com base no ambientalismo, uma interpelação popular-democrática. Foi nesse campo -popular-democrático- que ele tentou agir, pretendendo formar sujeitos políticos pelo chamamento ecológico: “Ei! Você, cidadão de todas as classes, você também é responsável pela destruição da natureza!” Essa interpelação popular-democrática “não tem conteúdo de classe preciso, mas constitui o campo por excelência da luta de classes” (Laclau, 1978: 114).

A constituição discursiva de sujeitos a partir da interpelação ambiental passou não só pela crítica ao modelo de desenvolvimento, por ser predador da natureza e do homem, mas também pela crítica à forma de fazer política. Para os Verdes em geral, e não apenas os brasileiros, os sistemas políticos estão viciados: não há democracia participativa, o parlamentar eleito decide; o vínculo entre representante e representado é estabelecido pelos meios de comunicação, inexistindo a prática da política face a face. Com base nessa idéia, eles tendem a se definir como um partido do cidadão, o partido movimento, no qual todos podem participar das decisões (os políticos terão contato direto com as pessoas). O tema democracia participativa será um dos grandes elementos do discurso Verde, como crítica às decisões centralizadas e chamamento a ações localizadas, afirmando o poder participativo local como a possibilidade de as pessoas decidirem seu destino e terem, assim, um tipo de atuação política. Pensando global (como cidadãos do planeta) e agindo local (como cidadãos do bairro).

Existem ambigüidades e contradições que entrecortam o discurso dos Verdes, as quais devem ser destacadas, para entendermos as dificuldades da constituição desse movimento na política e mesmo sua inconsistência, apesar da justiça de suas reivindicações, que não podemos colocar em dúvida. Essas ambigüidades e contradições fazem parte de um bloco de articulações que acabam por definir o discurso dos Verdes em todo o mundo, dando-lhe uma identidade própria, responsável por sua unificação, independentemente das diferenças regionais, nacionais e/ou internacionais, que são substantivas. Constitui-se, assim, um movimento internacional, posto que a maioria dos Verdes comunga com todos os princípios básicos articuladores desse discurso, apesar das diferenças nacionais.

Os princípios que consideramos mais importantes, na perspectiva da discussão da politização da ecologia são: a) “nem direita nem esquerda, mais adiante”; b) neutralidade de classe do movimento ecologista; c) partido de valores e não de poder; d) autonomia da sociedade; e) o “homem” como responsável pela destruição ambiental.

Enquanto o eixo articulador do discurso socialista é a categoria de exploração, com base em que se reconstrói a representação do espaço social como um antagonismo entre classes, no discurso Verde o eixo articulador, uma modificação das relações da sociedade com a natureza, aponta para uma outra dimensão: o poder de gestão e de tomada de decisões estratégicas que definem essas relações.

Por essa razão, nas condições históricas das décadas de 70 e 80 do século passado, o surgimento de um discurso “verde” incorpora uma dimensão crítica não apenas da gestão capitalista do meio ambiente, mas também uma crítica ao “socialismo real”. Neste ponto, nada mais natural que estejam presentes nesse discurso ressonâncias de toda a tradição socialista não-marxista (críticas também das versões leninistas, trotskistas e social-democráticas). Quase que naturalmente (e, com frequência, inconscientemente), o discurso de muitos dos Verdes retoma temáticas e preocupações das vertentes autogestionárias do socialismo e do anarquismo, recuperando partes significativas dos seus discursos.

Por não ter, a interpelação ecológica, um corte classista, dela irá derivar a idéia de que os Verdes não são “nem de direita nem de esquerda”, mas sim de que estão adiante. Esse “slogan” passará a estar presente no discurso dos Verdes de todo o mundo, tanto dos se situam claramente à esquerda, principalmente quando dão prioridade a determinadas alianças, como de alguns grupos que tendem para a direita, quando dão prioridade a temas e alianças que os aproximam claramente de posições mais conservadoras.

Essa posição fará com que passem a ser rechaçados pela esquerda -que desconfia de seu projeto e os acusa de não terem princípios claros, por algumas vezes fazerem mais alianças com a direita-, bem como pela direita -que os acusa de românticos, quando se posicionam, por exemplo, contra os grandes projetos industriais, contra os projetos nucleares, a poluição, o gigantismo das cidades, a extinção dos animais, etc. Esse posicionamento acabará por inserir os Verdes no campo da disputa, segundo os interesses dos grupos, sendo cooptados pela esquerda ou pela direita, dependendo da situação.

Para eles, essa é a “identidade” de seu movimento e sua “verdade” -“nem direita nem esquerda, mais adiante”. O caráter difuso, como sugere o “slogan”, não desqualifica o movimento e pode até se constituir em fonte de riqueza. Em sua trajetória, entretanto, às vezes os ecologistas se defrontam com outros movimentos, e suas reivindicações se chocam, colocando-os no campo das alianças com a direita, como, por exemplo, operários de uma fábrica que polui ou de um complexo industrial militar, que, por não quererem perder seus empregos com o fechamento da fábrica, se opõem violentamente ao movimento ecologista e suas reivindicações. Para ilustrar essas dificuldades, Carlos Walter Porto Gonçalves (1990) cita o caso da contaminação de rios pelo mercúrio usado por garimpeiros e pequenos produtores, denunciado pelo movimento ecologista. Nesse episódio, os ecologistas foram apoiados pelas grandes empresas, porque

estas se mostravam mais competentes para evitar a contaminação, usando técnicas mais sofisticadas. Os garimpeiros foram pressionados, em nome da causa ecológica, e proibidos de continuar sua atividade, migrando para outros lugares.

A explicação dada pelos Verdes a respeito de não serem nem de esquerda nem de direita em nada esclarece, chegando mesmo, algumas vezes, a confundir. Parece que essa posição tem relação com a crítica política, tanto de esquerda quanto de direita, feita pelos Verdes. No entanto, eles não conseguem se definir nesse sentido, visto que, geralmente, tendem para a esquerda, apesar das críticas de que são alvo, mas também fazem alianças com a direita, justificando-se com a alegação de que o mais importante é a defesa do meio ambiente. No Brasil, a confusão em torno do tema está presente no discurso dos Verdes quando dizem que sua proposta "... deve estar comprometida até a raiz dos cabelos com a erradicação da miséria e com a libertação da classe produtiva do jugo dos interesses econômicos"; ao mesmo tempo, porém, não reconhecem a existência de explorados e exploradores: "a grande diferença da proposta Verde é que não procura dividir o mundo em explorados e exploradores, porque estamos todos no mesmo barco. Nem à direita nem à esquerda, o Partido Verde deve estar à frente de capitalistas e comunistas" (Partido Verde, 1986).

Segundo James O'Connor (1991), esse famoso "slogan" dos Verdes -"nem de direita nem de esquerda, mais adiante"-, associado à crítica que fazem ao socialismo real, faz pensar que o capitalismo tem um aliado na luta contra o socialismo. No entanto, a maioria dos Verdes também não é amiga do capitalismo. É necessário esclarecer, portanto, a quem eles estão aliados. A resposta direta a essa questão é a seguinte: os Verdes estão aliados aos pequenos agricultores, aos artesãos, às cooperativas e aos pequenos negócios independentes, o que costumávamos denominar "campeinato e pequena burguesia". No Sul, o ecologismo está descentralizado e alia-se à política comunal dos povos; no Norte, às políticas municipais e locais de todo tipo, se opondo sempre às forças centralizadoras do capitalismo, aliando-se a lutas locais.

A neutralidade de classe do movimento ecologista também se torna confusa no discurso dos Verdes. Suposta, ela está presente na idéia de que "todos estamos no mesmo barco". Se a questão ambiental não deve ser vista como uma "especificidade", mas como uma dimensão que deve estar presente na reflexão global sobre a sociedade, se ela não é uma simples extensão na arena política das demandas ambientalistas em sentido estrito (como, por exemplo, ressaltam o manifesto do PV alemão e do PV brasileiro) e, conforme visto neste artigo, se o "barco" ou a "aeronave terra" tem primeira e segunda classes e postos de comando diferenciados, um projeto crítico de sociedade não pode negar a existência dessas diferenças nos assentos da "aeronave terra".

De modo geral, os partidos verdes são apresentados - e o brasileiro não é exceção - como “partidos de valores que não pretendem transformar-se em majoritários enquanto partidos, e governar ou tomar revolucionariamente o poder, senão agir como transformadores da cultura política introduzindo valores pós-materialistas” (Viola, 1987: 29). Porém, ao mesmo tempo, esses partidos, em especial o PV brasileiro, participam das eleições sempre com estratégias políticas centradas também na eleição de seus candidatos (as maiores desavenças internas do PV carioca estiveram relacionadas a essas estratégias eleitorais). Portanto, os PVs não são apenas partidos de valores, mas estão no jogo político, com estratégias para disputar eleições e ganhá-las, postura que é defendida por seus militantes e dirigentes.

Parece que, na verdade, os Verdes não comungam com a idéia da tomada revolucionária do poder, mas sim com a de uma participação nos quadros institucionais para promover reformas nas instâncias de poder, visando a transformações profundas, até que se chegue à autonomia da sociedade. Herbert Daniel, quando concorreu às eleições de 1986, em entrevista à Folha de São Paulo, defendeu a participação em tais instâncias como forma de garantir os direitos adquiridos. Disse: “sou parte de um movimento que não quer tomar o poder, mas quer esvaziar o poder. Que acha que o poder constitui grupos de pressão e que quer opor a isso grupos que chamo de grupos de expressão, grupos capazes de significar, significando-se suas diferenças, e nessa expressão sejam capazes de equilibrar as forças do poder para que os direitos consagrados sejam garantidos e, mais do que isso, seja garantida a continuidade de invenção permanente de novos direitos” (Folha de São Paulo, 29/4/86).

Daniel Cohn-Bendit, o Danny le Rouge das “barricadas do desejo”, expressiva liderança do movimento estudantil de Maio de 68, na França (quando os estudantes questionaram as formas de poder institucional francês), é hoje deputado do PV alemão no Parlamento Europeu. Em 1985, já destacava a importância das reformas feitas pelo PV alemão; isso não significava dizer que “Die Grunen” não tinham mais potencialidades revolucionárias naquele país, mas que a definição de revolução mudara.

Para Cohn-Bendit, “revolução” é uma forma excepcional de reformismo; pode-se discutir a intensidade da reforma, mas é de uma reforma que se trata. “O grande problema, para mim, não é a tomada do poder por um partido. O problema que o reformismo coloca é que, para transformar uma sociedade, é preciso uma vontade majoritária. (...) Os partidos políticos e o quadro institucional funcionam como uma espécie de guarda-chuvas para a reforma e a autonomia da sociedade civil. (...) Hoje, a tomada do poder, talvez revolucionária pela profundidade das transformações que trará, passa pela tomada do poder pela maioria, por uma nova maioria. É esta, precisamente, a função do PV. (...) Se acredito na necessidade de uma profunda transformação na sociedade, logo devo acreditar numa tomada do poder que se dê também pelos caminhos parlamentares” (Gabeira, 1985: 48-49).

A idéia de revolução sempre no futuro -visão teleológica- foi substituída, na visão dos Verdes, pela convicção de que os conflitos devem ser resolvidos hoje. O assalto ao poder foi identificado como “mito”: o que importa agora são os esforços cotidianos, a luta local, a satisfação no presente. Os Verdes deixaram de esperar pela Revolução para exigir e obter mudanças. Os problemas ambientais crescentes necessitam de soluções imediatas, e isso independe das perspectivas e das exigências no que se refere à sociedade futura.

Para Castoriadis, “a luta ecológica não esgota por si só todo o problema político tal como o entendemos (...) o projeto de criação de uma sociedade igualitária, na qual a coletividade detenha de maneira efetiva o poder” (1981: 9). Essas idéias nem sempre são claras no discurso e na ação dos Verdes que, ao mesmo tempo em que questionam o poder, participam de instâncias decisórias para promover reformas nesta sociedade que aí está (colocando-se como reformistas para alguns grupos de esquerda) e apontam para uma sociedade futura, para uma “utopia verde”, na qual a atividade humana deverá considerar os limites da natureza.

A maior parte dos ecologistas se reconhece como autogestionária. A proposta política dessa corrente centra-se no fortalecimento da sociedade civil, reconstituindo ou consolidando todas as relações fundadas no voluntariado e na reciprocidade: relações de cooperação e de ajuda mútua, associações voluntárias e cooperativas, vida comunitária sobre o modelo da cidade tradicional e redução drástica do poder do Estado. Podemos dizer que, nesse ponto, os ecologistas “estão do lado do Marx teórico da extinção do Estado. O Marx que percebe uma alienação fundamental na separação do político como esfera autônoma, que concebe a absorção do político na sociedade civil” (Dupuy, 1980: 36). Nós, entretanto, sabemos que o marxismo resultou, nesse ponto, exatamente em seu contrário, houve um reforço do poder centralizador do Estado, e não sua extinção, com a consolidação do poder da sociedade civil.

A autonomia pregada pelos ecologistas -uma sociedade autogestionária, feminista, auto-suficiente, não agressiva- se tornará a maior ambigüidade dos Verdes, pois estes, além de aparecerem como uma poderosa força no cenário político, priorizando a preservação da integridade do planeta e situando o homem como o principal responsável pela destruição ambiental no mundo, serão defensores ferrenhos da liberdade humana. Logo, instala-se uma dificuldade fundamental: como conciliar autonomia com autolimitação? A “utopia verde” se deparará com esse dilema com o qual já se depararam outras correntes da “utopia socialista”.

Castoriadis apresenta o problema nos seguintes termos: “Falar duma sociedade autônoma, da autonomia da sociedade não só em relação a tal camada dominante particular, mas em relação à sua própria instituição, a necessidades, técnicas, etc., pressupõe ao mesmo tempo a capacidade e a vontade dos humanos

para se autogovernarem, no sentido mais profundo do termo” (1981: 29). A possibilidade de uma transformação radical, revolucionária, da sociedade está relacionada à capacidade e, sobretudo, à vontade de se autogovernar; “digo vontade, pois a meu ver a ‘capacidade’ não constitui verdadeiramente um problema” (Castoriadis, 1981: 29).

O autor destaca, ainda, que outra sociedade, uma sociedade autônoma, não implica somente autogestão e autogoverno, mas também outra cultura, outro modo de vida, outras necessidades. Essa autonomia pressupõe diretamente autolimitação da sociedade (mas essa autolimitação não pode implicar a supressão das diferenças individuais, da liberdade, inclusive na esfera política) e põe em pauta o seguinte assunto: a quem competirá decidir a respeito do modo de vida apropriado para os demais? Sabemos que toda sociedade precisa de um poder sobre si mesma, para fixar limites à ação de todos, mas temos conhecimento também de que a existência desse poder não tem sido a garantia de que tais limites serão fixados igualmente para todos e por todos cumpridos. O poder também não fixa limites sobre si mesmo, e a sociedade em que vivemos ilustra isso. O poder tem sido autoritário e usurpador dos direitos dos cidadãos.

Para alguns, a crise ecológica não deixa escolha e aponta para o ecofascismo. Ameaça de extermínio mediante guerras; ameaça de destruição do meio ambiente natural indispensável à vida humana; ameaça de fome massiva no Terceiro Mundo. Só uma sociedade com um Estado forte e centralizador, capaz de impor limites em nome das “leis ecológicas” poderá conter essas catástrofes.

Não acreditamos no fato de que a crítica ecológica e a crescente crise ambiental apontem só uma saída. Não há prova alguma de que a humanidade trabalhadora tenha perdido a capacidade de impedir a marcha para o abismo, de submeter a tecnologia que ela mesma criou ao seu próprio controle, de deter definitivamente a fabricação de armas, de restabelecer os equilíbrios ecológicos ameaçados, de alimentar e curar as massas pobres do Terceiro Mundo (Mandel, 1991). Essa capacidade existe, e uma grande parte da crítica ecológica indica a possibilidade de resolução desses problemas e de construção de uma sociedade na qual a autolimitação seja consciente e responsável. Para superar as ameaças que pesam sobre o meio ambiente, a fome e a miséria do Terceiro Mundo, é necessário subordinar todos os desenvolvimentos tecnológicos, econômicos e sociais ao controle consciente da humanidade.

Uma das categorias privilegiadas no discurso dos Verdes é o “homem”, presente das mais variadas formas, diferentemente de outros movimentos sociais, que privilegiam uma classe ou um grupo social. Geralmente, o “homem”, ser humano (ou a humanidade), é pouco qualificado no discurso da maior parte dos Verdes, configurando uma grande mistificação. Frequentemente, o “homem” abstrato é citado como responsável pela destruição do planeta, indiscriminadamente.

Se a sociedade em que vivemos é dividida em classes, os homens diferem em alguns aspectos; logo, não podemos responsabilizar todos igualmente.

Quando falamos da destruição da natureza pelo “homem”, devemos considerar responsáveis as diferentes classes na mesma proporção? Podemos ver como equivalentes a responsabilidade do proprietário de uma madeireira que destrói a floresta e a do trabalhador operador da moto-serra? São igualmente responsáveis pela poluição industrial (tão cara aos Verdes) operários e industriais?

Mesmo reconhecendo sermos todos, de alguma forma, herdeiros do cartesianismo no modo de pensar e agir, é necessário ir além dessa generalização do “homem” e explicitar melhor a quem compete as responsabilidades quando se trata de destruição da natureza.

A discussão sobre a crise ambiental não pode ser reduzida aos marcos de uma relação mística, não explícita. É preciso desmascarar, na esfera política, o controle do aparato do Estado pelos interesses privados, que impõem, direta ou indiretamente, formas de organização espacial, organização das atividades produtivas, em suma, opções que terminam por influenciar a vida de todos.

Bibliografía

- Boockhin, Michael 1991 *Ecologia Libertaria* (Móstoles: Ediciones Madre Tierra) Cuadernos Libertarios.
- Castoriadis, Cornelius 1981 *Da Ecologia à Autonomia* (Coimbra: Centelha).
- Cohn-Bendit, Daniel 1987 *La Revolución y nosotros, que la quisimos tanto* (Barcelona: Anagrama).
- Dias, Célia Regina da Silva 1993 *Ecologia e Política: o Partido Verde no Rio de Janeiro e os descaminhos de uma proposta partidária* (Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ).
- Dupuy, Jean 1980 *Introdução à Crítica da Ecologia Política* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Gabeira, Fernando 1985 *Nós que amávamos tanto a revolução* (Rio de Janeiro: Rocco).
- Gonçalves, Carlos Walter Porto 1990 *Os (des)caminhos do meio ambiente* (São Paulo: Contexto).
- Goetz, André 1994 “Ecologia Política, expertocracia y autolimitación”, en *Nueva Sociedad* (Caracas) N° 134, Noviembre/Diciembre.
- Kischelt, Henri 1990 “La gauche libertaire et les ecologistes françaises”, en *Revue Française de Science Politique* (Paris), Vol. 3, N° 40, Juin.
- Laclau, Ernesto 1978 *Política e Ideologia na teoria marxista* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Laclau, Ernesto & Chantal Mouffe 1987 *Hegemonia y Estrategia Socialista-Para una radicalización de la democracia* (México: Siglo XXI).
- Lipietz, Alain 1999 *Qu'est-ce que l'écologie politique?* (Paris: La Découverte).
- Lipietz, Alain 2000 “Political Ecology and the Future of Marxism”, en *Capitalism Nature Socialism* (New York) N° 40, March.
- Mandel, Ernest 1991 “Situación y futuro del socialismo”, en *El Cielo por Asalto* (Buenos Aires) Año 1, N° 2, Otoño.
- O'Connor, James 1991 “Socialismo y Ecologismo, Mundialismo y Localismo”, en *Ecologia Política* (Barcelona) N° 2.
- Partido Verde 1986 *Manifiesto, Estatutos e Programa* (s/d: Rio de Janeiro).
- Partido Verde 1991 *Proposta de Ecologia Política* (Rio de Janeiro: Anima Verde).

Bresser, Mario e Lia Vaz Pereira 1993 *A Iniciativa para as Américas, o NAFTA e o Mercosul* (São Paulo: Cajá).

Viola, Eduardo 1987 “O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986)- Do ambientalismo à ecopolítica”, en Pádua, José Augusto (org.) *Espaço e Tempo* (Rio de Janeiro: IUPERJ).

Notas

1 Uma analogia entre a função do economicismo na tradição política marxista e o cientificismo na Ecologia Política foi apresentada por Lipietz (2000).

2 Empregamos esse esquema de interpretação em nossa dissertação de mestrado (Dias, 1993).

3 O sucesso da aliança Verde-Vermelha no Rio de Janeiro, em 1986, pode ser atribuído à articulação dessas identidades “não produtivas” em um amplo leque de reivindicações feitas pela aliança PT-PV.

Fernando Gabeira, candidato a governador, ficou em terceiro lugar nas eleições, com um total de 600.000 votos (8% dos votos do Estado, 10% da região metropolitana).